

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.385 - MG (2019/0302679-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RENATA FERNANDES SANTOS
ADVOGADOS : REGINA LUCIA S. SAFE Z. PEREIRA - MG121096
RENATA FERNANDES SANTOS - MG158762
CAMILA FERNANDA DA SILVA - MG181265
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EDVAN VAZ
PACIENTE : VALDECI RAMOS PINTO
PACIENTE : FERNANDO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDVAN VAZ, VALDECI RAMOS PINTO e FERNANDO DA SILVA contra acórdão prolatado na Ação Penal n. 10024042003129003.

No presente *mandamus*, a defesa afirma que a competência para julgar o feito caberia à Justiça Militar, em virtude da alteração legislativa.

Requer, assim, em liminar, a suspensão da ação até o julgamento do *writ*. No mérito, defende a nulidade de todas as decisões proferidas em 1º e 2º Graus de Jurisdição.

É o relatório.

Decido.

O *writ*, conquanto impetrado por profissional legalmente habilitado, está deficientemente instruído. Não foram juntadas aos autos qualquer peça capaz de demonstrar a veracidade das alegações deduzidas.

Cabe ressaltar que em razão da celeridade do rito do *habeas corpus*, incumbe ao impetrante apresentar prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da impetração. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes, entre outros:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. FALTA DE PROVA
PRÉ-CONSTITUÍDA. AGRAVO DESPROVIDO.**

[...]

Superior Tribunal de Justiça

II - Na hipótese, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, sem a juntada de documentação que comprove a data efetiva da concessão do benefício, bem como se houve o seu cumprimento, o que impossibilita o exame do constrangimento ilegal alegado.

III - Como é cediço, o rito de habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, sem as informações essenciais para o deslinde da controvérsia. Precedentes.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 509.183/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É ônus da defesa municiar o órgão julgador com a prova pré-constituída de suas alegações, mormente quando se trata de profissional habilitado ao exercício da advocacia.

2. No caso, a impetração não se encontra acompanhada dos documentos necessários para o deslinde da causa, notadamente as decisões proferidas nas instâncias ordinárias, o que impossibilita compreender integralmente os fatos mencionados e analisar o constrangimento alegado.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 481.235/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/06/2019)

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator